



INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION
ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL CAFÉ
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ
ORGANISATION INTERNATIONALE DU CAFÉ

ICC 106-17

14 abril 2011
Original: inglês

P

Conselho Internacional do Café
106.^a sessão
28 – 31 março 2011
Londres, Reino Unido

Crises econômicas e PMDs dependentes de produtos básicos: Mapeamento da exposição à volatilidade do mercado e construção de resiliência a crises futuras

Apresentação do representante da UNCTAD

Antecedentes

O representante da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Sr. Mussie Delelegn, Oficial de Assuntos Econômicos, Divisão da África, Países Menos Desenvolvidos (PMDs) e Programas Especiais, fez a apresentação reproduzida a seguir ao Conselho, em sua 106.^a sessão, sobre o projeto conjunto da UNCTAD e do FCPB intitulado “Crises econômicas e PMDs dependentes de produtos básicos: Mapeamento da exposição à volatilidade do mercado e construção de resiliência a crises futuras”. A OIC é o órgão supervisor deste projeto. O documento PJ-6/11 contém uma cópia da proposta do projeto.

**CRISES ECONÔMICAS E PMDs DEPENDENTES DE PRODUTOS BÁSICOS:
MAPEAMENTO DA EXPOSIÇÃO À VOLATILIDADE DO MERCADO
E CONSTRUÇÃO DE RESILIÊNCIA A CRISES FUTURAS**

APRESENTAÇÃO DO REPRESENTANTE DA UNCTAD

Sr. Presidente, ilustres delegados, senhoras e senhores

É uma honra para a UNCTAD poder fazer esta apresentação aos Membros do Conselho Internacional do Café sobre o projeto conjunto da UNCTAD e do FCPB intitulado “Crises econômicas e PMDs dependentes de produtos básicos: Mapeamento da exposição à volatilidade do mercado e construção de resiliência a crises futuras”. O projeto tem dois objetivos principais: a) analisar o impacto das múltiplas crises recentes sobre os países em desenvolvimento dependentes de produtos básicos e sua segurança alimentar; e b) propor medidas relacionadas com políticas para a ação a nível nacional, regional e internacional, visando a construir resiliência nesses países e protegê-los de crises futuras.

A questão da volatilidade do mercado é uma preocupação perene da maioria dos países em desenvolvimento dependentes de produtos básicos, mas ainda mais para o grupo de países economicamente mais vulneráveis classificados pelas Nações Unidas como menos desenvolvidos. Dos 48 países menos desenvolvidos, 33 estão na África, 14 na Ásia e um na América Latina (Haiti). Dois terços desses países são categorizados como países em desenvolvimento dependentes de produtos básicos e, dos 70 países identificados como países de baixa renda que são importadores líquidos de alimentos, 46 são PMDs. Esta situação evidencia o valor e a importância crítica das questões relacionadas com a dependência de produtos básicos, a segurança alimentar, a volatilidade dos preços e a necessidade de construir resiliência econômica nesses países. Compreensivelmente, portanto, minha apresentação hoje se concentrará nos PMDs, embora a maior parte das questões suscitadas também seja relevante para outros países em desenvolvimento dependentes de produtos básicos.

Em trabalhos anteriores de pesquisa e análise de políticas levados a cabo pela UNCTAD, através inclusive de sua publicação anual sobre os PMDs, foram expostas três problemáticas fundamentais relacionadas com os produtos básicos: primeiro, há uma armadilha internacional da pobreza que restringe as perspectivas de desenvolvimento dos países dependentes de produtos básicos – a maioria dos quais também são PMDs. A interação entre dependência das exportações de produtos primários e a volatilidade dos preços dos produtos básicos tem enorme influência sobre o crescimento econômico e a incidência da pobreza nesses países. Em segundo lugar, embora o volume das exportações de produtos

básicos dos PMDs tenha aumentado substancialmente ao longo dos anos, seu poder aquisitivo permanece estagnado ou só cresceu ligeiramente. Por exemplo, embora o volume das exportações de produtos básicos dos PMDs tenha aumentado em média 40% entre os anos 80 e o ano 2000, o poder aquisitivo que essas exportações lhes trouxeram só cresceu em torno de 3%.

Em terceiro lugar, a dependência de produtos primários amplia os débitos dos países pobres, pois a queda de suas receitas de exportação reduz de forma direta sua capacidade de pagar dívidas. Uma conclusão importante dos trabalhos de pesquisa e análise da UNCTAD – com implicações diretas para o trabalho dos organismos de produtos básicos, da OIC inclusive – foi que a pobreza, por si só, afeta não apenas o crescimento econômico de um país, como também a forma de integração de suas estruturas de comércio com a economia global.

Isto não significa que tudo está perdido ou é negativo nos PMDs – eles sejam ou não dependentes de produtos básicos. A maioria tem um potencial que precisa ser aproveitado em benefício de suas populações. O trabalho mais recente da UNCTAD revela que, a despeito de obstáculos numerosos e complexos, muitos deles têm oportunidades consideráveis de se juntar ao grupo de países bem-sucedidos na exportação não só de produtos tradicionais como café, cacau e algodão, como também de produtos não-tradicionais, como os hortícolas e pesqueiros e na área do turismo, que têm significativo potencial de crescimento para os PMDs. Evidentemente, as exportações tradicionais e não-tradicionais são de importância basilar para a melhoria das condições socioeconômicas dos países pobres. A horticultura, particularmente, está emergindo como fonte extremamente promissora de diversificação das exportações e criação de empregos para muitos países, especialmente na África. Em alguns países cobertos pelo projeto, as mulheres constituíam cerca de 70 a 80% da força de trabalho empregada nas propriedades hortícolas ou nas embaladoras, com algum impacto sobre a redução da pobreza.

A mudança da paisagem socioeconômica nos PMDs requer a combinação correta de políticas nacionais e fatores da conjuntura econômica internacional. Ingredientes-chave para o aproveitamento das vantagens comparativas potenciais e naturais desses países em favor de seu progresso socioeconômico são os seguintes: *políticas governamentais ativistas mas menos intervencionistas*, iniciativas atraentes para os investidores, políticas e instituições internas eficazes, um clima favorável ao crescimento induzido pelo setor privado, e o apoio específico de doadores. É importante notar que, antes da crise econômico-financeira mundial, o desempenho econômico de muitos PMDs foi impressionante, registrando um crescimento médio real do PIB de 6% ao ano nos últimos cinco anos consecutivos.

Foi contra o pano de fundo acima que a UNCTAD e o FCPB conceberam o projeto atual. Espera-se que ele contribua para os esforços no sentido de examinar de perto o impacto das crises econômicas e financeiras globais sobre os países dependentes de produtos básicos. Com este objetivo amplo em mente, o projeto foi lançado em cinco países – Benin, Burundi,

Tanzânia e Zâmbia, na África – e Camboja, na Ásia. As minutas dos relatórios preliminares ou iniciais estão chegando aos poucos de quatro dos cinco países e contêm interessantes insights das políticas pertinentes.

As seguintes lições preliminares acerca de políticas referem-se a todos os países cobertos pelo estudo:

- As flutuações internacionais (a volatilidade) dos preços dos produtos básicos num país típico dependente desses produtos pode induzir choques positivos ou negativos na respectiva economia, dependendo da direção dos movimentos dos preços de exportação e importação. Quando os preços de exportação desses produtos estão altos mas os preços de importação estão estáveis ou baixos, a volatilidade resulta num choque positivo. Um choque de preços negativo ocorre quando os preços de exportação estão baixos ou estáveis mas os preços de importação tendem a aumentar. No caso dos PMDs, os estudos de caso ressaltam que a variação percentual observada nas flutuações do preço real é em grande parte negativa, acarretando um choque negativo maior para a economia. Na Tanzânia e na Etiópia, por exemplo, embora os aumentos dos preços dos produtos agrícolas levem a pressupor um choque positivo nas respectivas economias, as grandes crises do petróleo e o aumento substancial dos preços dos alimentos indicam um choque negativo de preços ainda maior. O mesmo se deu em vários países importadores líquidos de alimentos, onde preços de exportação mais elevados não foram suficientes para cobrir aumentos de preços ainda maiores na importação de insumos agrícolas como fertilizantes, pesticidas e combustíveis.
- O aumento do volume e qualidade dos produtos exportados é um recurso característico que todas as economias emergentes bem-sucedidas empregam para conter os impactos negativos dos choques externos. Os estudos de caso indicam que há muitos caminhos rumo ao crescimento e à diversificação das exportações dos países dependentes de produtos básicos. As exportações de manufaturados que exigem mão-de-obra intensiva obviamente são as mais conhecidas. Em vários PMDs asiáticos e alguns africanos houve um crescimento robusto das exportações de roupas na última década. A manufatura, porém, de forma alguma é o único meio

de diversificar as exportações. As novas exportações de café especiais de alta qualidade de Ruanda, que crescem cada vez mais, são um exemplo. As exportações de frutas, verduras e legumes e flores são outra oportunidade importante, que, nos últimos tempos, diversos PMDs africanos vêm explorando com êxito evidente.

- Quanto à segurança alimentar, em alguns países africanos parece que a estrutura do consumo vem mudando em favor de alimentos baratos importados – com implicações negativas para a produção local de alimentos e os investimentos produtivos na agricultura. No Burundi, o consumo de arroz (principalmente nas zonas urbanas) gira em torno de 3% do total dos alimentos básicos consumidos no país. Mais de 90% do arroz consumido no Burundi, porém, são produzidos no país. No Benin, ao contrário, o arroz representa 11% dos alimentos básicos consumidos, mas a maior parte é importada. De forma semelhante, no Zâmbia o consumo de arroz agora chega a 7% do total dos alimentos básicos consumidos, mas o país produz 75%, enquanto que na Tanzânia, o arroz representa 9%, mas, como no Benin, a maior parte é importada. A implicação desta situação é que, durante a alta dos produtos alimentícios, os problemas de segurança alimentar ampliaram a vulnerabilidade desses países e, pior, a vulnerabilidade dos segmentos mais pobres de suas populações. A recente crise global de alimentos e as políticas em resposta a elas, que incluíram proibições de exportações e levaram a compras por pânico, constituem um alerta para muitos países pobres.
- O acesso a recursos financeiros, ao crédito agrícola inclusive, é decisivo para fortalecer o papel dos produtos agrícolas e garantir a segurança alimentar nos países dependentes de produtos básicos. Entretanto, nosso trabalho indica que na África subsaariana, onde a contribuição da agricultura para o PIB e os empregos é majoritária, os empréstimos locais ao setor agrícola giram em torno de apenas 10% (em média). Na Nigéria, onde a agricultura contribui para o PIB com cerca de 40%, os empréstimos diretos dos bancos particulares e públicos ao setor não passam de 1%. No Burundi, embora a agricultura contribua com mais de 60% para o PIB e empregue mais de 70% da força de trabalho produtiva, a despesa do governo com a agricultura não passa de cerca de 3%. O total dos investimentos públicos na agricultura nos países em desenvolvimento dependentes de produtos básicos caiu de 7% para 4% nos últimos 30 anos. Na Declaração de Maputo, adotada em julho de 2003 na Cúpula da União Africana, os países africanos se comprometeram a dedicar no mínimo 10% de seu orçamento à agricultura, mas poucos deles até agora conseguiram alcançar a meta orçamentária acordada.

- Há um reconhecimento geral de que o setor privado é o motor do crescimento e de que os governos devem apoiar a expansão do setor. Em muitos países dependentes de produtos básicos, contudo, as relações entre negócios e governo são débeis e, em alguns casos, desnecessariamente antagonísticas. Os governos nos PMDs em geral têm feito pouco demais para ampliar o papel do setor privado. Na verdade, também tem havido casos de intervenções excessivas e contraproducentes nos setores produtivos, solapando o papel e a contribuição do setor privado. Em quase todos os países dependentes de produtos básicos, a fraqueza das infraestruturas, a excessiva complexidade da regulamentação dos negócios e a ineficácia das agências de apoio cerceiam os investimentos e o empreendedorismo. Uma condição necessária para o crescimento sustentável é o empenho do governo nacional no desenvolvimento econômico. Não há um diagrama das medidas que um governo deva adotar, pois as políticas precisam ser adaptadas às condições locais. Isto é essencial para a construção de parcerias público-privadas, e há necessidade de mais investimentos públicos em infraestrutura e serviços de apoio.

Em conclusão, o projeto tem gerado constatações interessantes, que são úteis para a formulação de políticas. Essas constatações e as correspondentes recomendações sobre políticas serão apresentadas num Evento Especial a ser organizado como parte da 4.^a Conferência sobre os PMDs em Istambul, Turquia. O Evento Especial acontecerá em 8 de maio – na véspera da abertura oficial da Conferência. Nele, os países em desenvolvimento e seus parceiros em desenvolvimento deliberarão sobre os desafios e perspectivas dos países dependentes de produtos básicos. Agências das Nações Unidas e outras organizações internacionais e membros do setor privado e da sociedade civil também tomarão parte nessas discussões. Especialistas nacionais e internacionais da área farão apresentações com base em estudos de caso de países. Os estudos contribuirão, em especial, para o exame de experiências práticas e de mecanismos para lidar com situações concretas, disponibilizando as lições das experiências bem-sucedidas e das melhores práticas de diferentes PMDs na mitigação do impacto das crises sobre as respectivas economias.

Muito obrigado por sua atenção.